



BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br



Excesso registrado

O ministro da Defesa, Braga Netto, discursando em palanque na manifestação em favor do presidente Jair Bolsonaro, foi visto como um tom acima por uma parcela das Forças Armadas. No passado, o ministro Fernando Azevedo participou apenas de sobrevoos em manifestações ao lado de Bolsonaro, mas manteve um certo resguardo. O atual não teve essa preocupação.

Ele não foi

O comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, se manteve distante do movimento no final de semana, embora tenha havido contatos para que ele apoiasse o evento. O Planalto também registrou o fato de, em conversas reservadas, o general ter dito aos governistas que está de acordo com a Constituição, ou seja, militar da ativa deve ficar longe dos atos políticos.

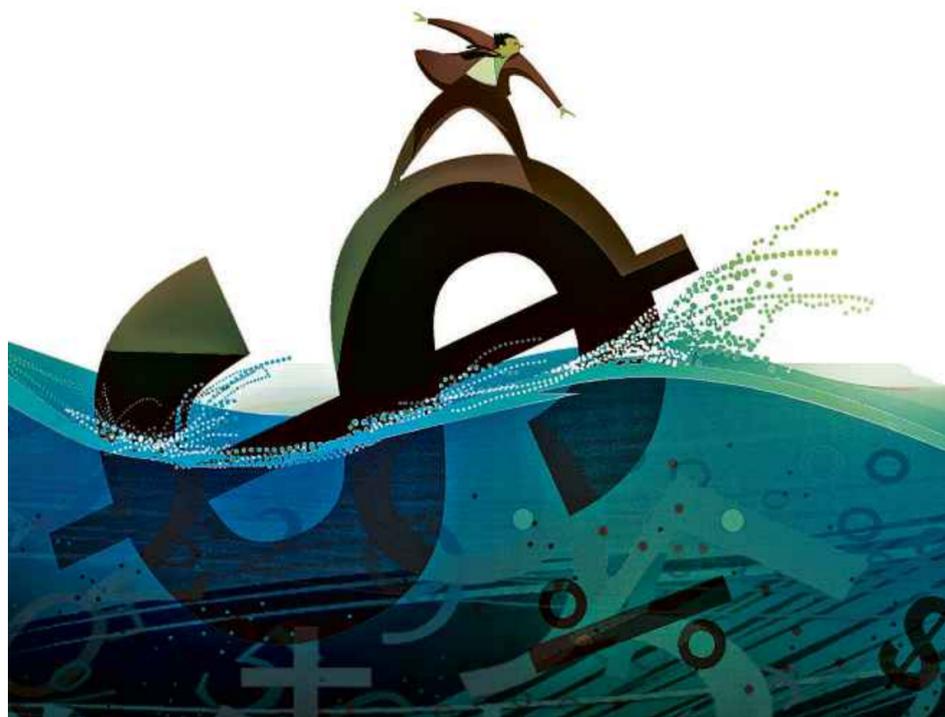
Vão vencê-lo pelo cansaço

Apesar do treinamento intensivo dos últimos dias, o governo não está nada seguro com o depoimento do ex-ministro Eduardo Pazuello à CPI da Covid. É que o general detesta ser contrariado e não está acostumado a ouvir provocações calado.

Esse resistirá

Já em relação ao ex-ministro de Relações Exteriores Ernesto Araújo, a avaliação é de que ele aguenta o tranco. É visto como alguém mais paciente do que Pazuello — e mais preparado.

Acaba com isso daí, talkey?



A cúpula do Senado tem reunião marcada para esta semana com dois pontos: a instalação da Comissão Mista de Orçamento, que será presidida pela senadora Rose de Freitas (MDB-ES), e o fim das emendas de relator, as chamadas RP9, que desaguraram nas reportagens de *O Estado de S. Paulo* batizadas de “orçamento secreto” e deram origem ao “tratoração”. O governo apoiará. Afinal, os ministros perderam o poder de organizar seu orçamento de acordo com as prioridades do projeto de governo e alguns, por causa do orçamento apertado, só têm espaço para cumprir o que vem da Câmara e do Senado, cuja liberação é obrigatória.

Na Fundação Nacional de Saúde, por exemplo, são R\$ 188 milhões incluídos com o título RP9 para saneamento rural, nos dois últimos anos, cujo critério de liberação é feito pelos políticos, e não pela necessidade mais urgente de cada localidade. A maior parte está a cargo do ex-relator, Domingos Neto (PSD-CE).

CURTIDAS

Ciúmes de político.../

Reza a lenda que é pior do que ciúmes de mulher. E, no Planalto, todos começam a olhar com ares de desdém para o ministro da Saúde, Marcelo

Jefferson Rudy/AFP



Queiroga (foto). Nos últimos dias, ele apareceu “bem na foto” nas redes sociais. Vacinou atletas, defendeu uso de máscara, guardou distanciamento social. Está melhor do que quem carregou o piano do governo até aqui.

Divide aí, poxa!/ Tem muito político ligado ao governo interessadíssimo em sair nessas fotos das vacinas. Queiroga, porém, faz sua agenda sem avisar ao Planalto.

Não confie/ Bolsonaro está sendo aconselhado a voltar ao Progressistas, partido que dispôs sua candidatura presidencial em 2018, deixando-o livre para escolher outro caminho e que, agora, o apoia. A filiação seria a garantia de que a reeleição, evitando traições mais à frente, caso o presidente enfrente problemas.

Por falar em Bolsonaro.../ Chegou aos ouvidos de bolsonaristas que o presidente da República bateu continência por duas vezes ao visitar o ex-presidente José Sarney na chegada e na saída. Uns não gostaram, outros entenderam e apoiaram. Afinal, o ex-presidente, que viveu por dentro a história do Brasil, antes, durante e depois do regime militar, virou o oráculo da política nacional.

PODER / Procurador exige do reitor da USP providências contra docente da Faculdade de Direito por “violação ética” ao utilizar “termos que exorbitam da crítica ácida para flertar com o escárnio e a calúnia”. Conrado Mendes se referiu ao PGR como “poste geral da República”

Aras quer enquadrar professor

O procurador-geral da República, Augusto Aras, enviou ao reitor da Universidade de São Paulo (USP), Vahan Agopyan, uma representação pedindo a apuração de suposta “violação ética” do professor da Faculdade de Direito da instituição Conrado Hubner Mendes. Ele atribui ao jurista supostos crimes contra a honra em razão de críticas à atuação de Aras à frente do Ministério Público Federal e pede que sejam “adotadas as providências que o caso requer”.

A representação questiona publicações feitas por Conrado no Twitter e ainda um artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo* alegando que o professor utiliza “termos que exorbitam da crítica ácida para flertar com o escárnio e a calúnia”. A íntegra do documento foi publicada pelo site *Consultor Jurídico*.

Os tuítes reproduzidos no documento foram publicados em janeiro deste ano e estão relacionados a pandemia da covid-19. Nos posts, Conrado se referiu a Aras como “poste geral da República” e “servo do presidente da República”. Já o artigo publicado na *Folha* tem como título: “Aras é a antessala de Bolsonaro no Tribunal Penal Internacional”.

No documento encaminhado à Agopyan, Aras rebateu as falas de Conrado e sustentou que, desde sua posse, até o dia 9 de fevereiro, teriam sido autuados 78 processos administrativos sobre apurações envolvendo o presidente Jair Bolsonaro. A alegação do PGR na representação à Comissão de Ética da USP é o de que Conrado se apresenta como professor de Direito da Universidade com a intenção de “tomar de emprés-

timo para si o prestígio da conceituada instituição”.

“O representado (Conrado) vem se utilizando da condição de Professor dessa instituição — que consta expressamente na sua identificação nas redes sociais — para cometer crimes contra a honra do representante (Aras) e, para isso, além de se utilizar de linguagem sórdida, assim o faz sem confirmar a veracidade e procedência das informações, escamoteando fatos relevantes que contariam suas alegações, omitindo-se, portanto, no dever de expor a verdade dos fatos no intuito de apresentar sua mentirosa versão, conspurcando a realidade das circunstâncias em prol de uma narrativa sensacionalista e sabidamente inverídica”, registra trecho do documento.

Intimidação

No Twitter, Conrado reagiu à representação, classificando-a como “mais um episódio do Estado de Intimidação por autoridade que explodiu a dignidade do cargo que ocupa, contra um professor que tenta exercer liberdade de crítica”. “PGR acha que ser chamado de Poste Geral da República, após 430 mil mortes, é crime”, registrou.

O pedido de Aras repercutiu, inclusive, entre integrantes do Ministério Público Federal. No Twitter, o procurador Hélio Telho registrou: “O PGR processar cidadão que o criticou é inédito na história do MPF. Outros PGRs, como Aristides Junqueira, Geraldo Brindeiro, Roberto Gurgel, Rodrigo Janot e Raquel Dodge foram alvo de duras e intensas críticas públicas de insatisfeitos com as suas atuações, mas nunca o fizeram”.

Antonio Augusto/Secom/PGR - 6/10/20



Procurador é frequentemente criticado por Conrado por agir mais como defensor dos interesses de Bolsonaro

» PSDB diante da reformulação

A morte do ex-prefeito de São Paulo Bruno Covas, no último domingo, vai promover profundas modificações no PSDB. Inicialmente, porque enfraquece o processo de rejuvenescimento do PSDB, segundo o presidente da Fundação Liberdade Econômica, Márcio Coimbra. Ele lembra que uma nova geração, que inclui o governador Eduardo Leite (RS) e o presidente da legenda, Bruno Araújo, vinha promovendo um arejamento entre as lideranças. Mas, para Antônio Queiroz, analista político do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), “com a possível saída de (Geraldo) Alckmin e a morte de Covas, o PSDB pode ficar, agora, quase que integralmente nas mãos de João Dória, que tem um perfil mais liberal. Tudo isso pode fazer com que o partido passe por um processo de esvaziamento”.

Moro defende diálogos da Lava-Jato vazados

O ex-ministro da Justiça Sergio Moro prestou novo depoimento, ontem, no processo aberto a partir das investigações da Operação Spoofing, que mirou a ação de hackers para a invasão e roubo de mensagens de celulares de autoridades, incluindo procuradores da força-tarefa da Lava-Jato. Quando ainda era juiz federal responsável pelos casos relacionados à Operação, ele foi um dos alvos do ataque cibernético e teve conversas vazadas.

“Tudo foi feito conforme a interpretação da lei. Todas essas mensagens foram utilizadas de uma maneira sensacionalista para buscar interromper investigações

contra crimes de corrupção e anular condenações”, disse Moro, por videoconferência, ao juiz Ricardo Leite, da 10ª Vara Federal de Brasília. As mensagens foram exploradas no processo movido pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva para declarar o ex-juiz suspeito no processo do triplex do Guarujá.

No interrogatório, Moro voltou a negar interferência na investigação do ataque hacker enquanto ocupou o Ministério da Justiça, no governo Bolsonaro. O inquérito foi aberto a partir de uma comunicação do então ministro, quando percebeu que o celular havia sido invadido.

“Diversas autoridades públicas

começaram a informar que também estavam sendo atacadas, como o presidente da Câmara, alguns deputados federais, acho que até ministros do Poder Judiciário. Isso gerou uma questão de Segurança Nacional, demandou um acompanhamento mais próximo do ministro da Justiça, mas sem jamais afetar a autonomia”, assegurou. Ele também reafirmou que jamais houve qualquer determinação administrativa para que o material colhido com os hackers, quando foram presos pela PF, fosse destruído.

A ex-deputada e ex-candidata à vice-presidente Manuela D’Ávila (PCDoB) também prestou

depoimento. Ela foi procurada por um dos hackers e intermediou a conversa dele com o jornalista Glenn Greenwald, então no portal *The Intercept Brasil* — que revelou o material na série de reportagens conhecida como *Vaza-Jato*. A oitiva girou novamente em torno do contato feito por Walter Delgatti Netto, o Vermelho, apontado como chefe do ataque cibernético.

Em julho do ano passado, Moro e Manuela haviam sido ouvidos como testemunhas no mesmo processo. No entanto, um recurso da Defensoria Pública da União anulou as oitivas, que precisaram ser refeitas.